

O Perfil do Terceiro Setor na Cidade de Londrina: mapeando as organizações do terceiro setor nas áreas de Assistência Social, Associação de Moradores, Religiosas e de apoio.

Autoria: Jean Carlos Mendes da Rocha, Paulo Eduardo de Lacerda,
Bernardo Carlos Spaulonci Chiachia Matos de Oliveira, Hemerson Abibe Tavares

RESUMO

Acelera-se, em todo o mundo o aumento dos problemas sociais. Fala-se muito do aumento da miséria, da fome, da violência, da marginalidade, do desemprego, entre outros. Tal fato evidencia o caos social e econômico vivenciado pela sociedade atual. Dentre deste contexto, começa-se a questionar o papel do Estado em garantir e promover o bem comum da sociedade. Surgem nesta realidade novos atores, com propostas alternativas para fazer frente às demandas da sociedade: o chamado Terceiro Setor. Hoje, é crescente a participação do Terceiro Setor na nossa sociedade. Este crescimento reflete-se, em parte, da deficiência do Estado em atender as necessidades das pessoas, das instituições e até mesmo do próprio Governo. O Terceiro Setor surge com um papel ainda impreciso, que vai da prestação de serviços sociais suprindo lacunas deixadas pelo Estado, apresentando-se também em outros momentos como defensor dos direitos civis, pressionando, fiscalizando, tanto o Estado como o mercado. Para isso, foi realizado um estudo exploratório descritivo de natureza quantitativa, tratando-se de uma análise exploratória, pois se realizou a referida pesquisa em uma área com pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Devido a sua natureza de sondagem que não comporta hipóteses, as quais, todavia poderiam surgir durante ou ao final da pesquisa. Quanto às delimitações do estudo, destaca-se o fato deste se limitar ao município de Londrina, cidade localizada na região norte do estado do Paraná, além dos limites próprios de um estudo quantitativo que deixa de aprofundar o fenômeno estudado e de tentar entender particularidades. Quanto ao foco, o estudo procurou abordar questões sobre as organizações do Terceiro Setor na cidade, a fim de traçar o perfil do setor no município, considerando fatores como: ano de fundação, área de atuação, recursos humanos envolvidos, recursos financeiros, entre outros. Procurou-se então entender a realidade do Terceiro Setor na cidade de Londrina que vem apresentando um crescimento acelerado nos últimos anos, principalmente após o ano 2000 e manifesta-se um predomínio de segmentos ligados a educação e assistência e um número reduzido na área de defesa de direitos. A maioria das entidades viabilizam-se através de voluntariado e contam com recursos financeiros predominantemente de fontes públicas e próprias, sendo ainda reduzida a participação das empresas.

1 INTRODUÇÃO

Vivenciamos hoje um aumento acelerado dos problemas sociais. Estes não são acidentais, mas sim produzidos a partir de uma relação de exploração em que se baseia o atual modelo econômico. Na economia atual existem relações que levam a exploração do trabalho e a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria da população.

Os problemas sociais são presentes em todos os países, independentemente de sua situação econômica, embora sejam mais destacados em nações em desenvolvimento que herdaram mazelas sociais provenientes do período colonial, como no caso do Brasil. É notável o crescimento em todo o mundo, da miséria, da concentração de renda, das disparidades sociais, da baixa remuneração, do desemprego, da fome, da desnutrição, da marginalidade, da violência, da mortalidade infantil, entre outros.

Nesse contexto, a sociedade questiona-se sobre o papel do Estado. Estado este que deveria garantir o bem comum da sociedade, promover o desenvolvimento econômico do país e ao mesmo tempo assegurar os direitos sociais como: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à infância. Porém, cada vez mais, o Estado mostra-se ineficiente na promoção e garantia dos direitos sociais, não conseguindo alterar esta realidade cada vez mais complexa, que requer diferentes abordagens e ações de enfrentamento ou que obriga a revisão dos papéis clássicos de cada ator social.

Os movimentos sociais podem ser citados como a primeira tentativa da sociedade civil de pressionar a classe política, visando à defesa e conquista de direitos, deixando o simples papel de espectador diante da realidade, passando a agente indutor de políticas públicas e na constituição de direitos. Desses movimentos, aliados a outras articulações sociais mais recentes, surge o “Terceiro Setor”. Os movimentos sociais podem ser citados como sendo a primeira tentativa da sociedade civil de interagir e ampliar o próprio conceito de esfera pública.

Atualmente é crescente e notável a participação do “Terceiro Setor” no Brasil e no mundo. Trabalhando em diferentes frentes e com propósitos múltiplos, fazendo muitas vezes o papel do Estado, quando não, pressionando-o para que este cumpra suas obrigações, o Terceiro Setor desponta como prestador de serviços à sociedade com a finalidade de atender os direitos civis e os objetivos públicos não contemplados pelo Estado.

Assim, segundo Bazoli (2007), a sociedade tornou-se muito complexa para que suas necessidades sejam satisfeitas exclusivamente por parte do Estado. O contexto atual impõe que os indivíduos e as empresas se organizem e atuem concretamente para minorar os problemas e combater as carências.

O Terceito Setor tem conquistado grande espaço na sociedade, e é cada vez mais visto como parceiro do Estado no enfrentamento das demandas da sociedade. Porém, os avanços do Terceiro Setor apresentam-se com posicionamentos obscuros que conduzem, em muitos casos, a uma possível e questionável terceirização do Estado, que recua de suas funções clássicas, trocando-se perigosamente o plano dos direitos constituídos pelo plano do voluntariado e da “boa vontade”.

Este estudo buscou fazer um levantamento da totalidade de organizações que compõem o Terceiro Setor na cidade de Londrina. Tal fato justifica-se devido à heterogeneidade de organizações e ao seu crescimento acelerado e de certa maneira descontrolado dificultando o seu acompanhamento e sistematização formal. O universo das organizações do terceiro Setor foi dividido em 12 grandes grupos considerando-se as principais áreas de atuação.

No total, foram entrevistadas 320 entidades, obtiveram-se 247 (77%) questionários respondidos e 56 (18%) não respondidos e 17 entrevistados (5%) informaram que a entidade está desativada. O total de questionários não respondidos pode ter várias explicações entre

elas: a coincidência com o período pré-eleitoral gerando desconforto em alguns entrevistados devido ao grande interesse político nestas organizações, ou por receio dos entrevistados, pois o questionário foi aplicado por telefone.

Para a consecução dos objetivos supracitados do artigo, o mesmo foi estruturado em cinco partes contando com a seção introdutória, seguida pelo referencial teórico e na sequência os procedimentos metodológicos da pesquisa, posteriormente, a análise dos dados são apresentados e por fim, são tecidas as considerações finais.

2 O TERCEIRO SETOR

Atualmente, é possível a caracterização da sociedade em três amplos setores, com o Estado representando o primeiro setor, o segundo setor apresenta as organizações do mercado privado, e compoendo o terceiro setor tem-se a sociedade civil. Corroborando essa classificação, Silva (2001, p.20) argumenta que:

[...] o ponto de vista de que a sociedade pode ser organizada a partir de três setores está se consolidando. Mais do que a adoção de um novo conceito, isso denota uma nova mentalidade, apoiada no reconhecimento da importância das iniciativas que surgem espontaneamente no seio da sociedade civil e de que o 'modelo dualista' não é suficiente para oferecer respostas plenas aos dilemas sociais da atualidade.

Cabe ressaltar que essa classificação em setores seria tão somente para fins didáticos, e para uma melhor compreensão, pois estes na realidade são profundamente interligados e interdependentes, compoendo uma realidade social dialética e em constante processo de mudança acelerada. Há que se considerar a complexidade do mundo moderno marcado pela pluralidade, a incerteza e instabilidade (COSTA, 2010).

O Primeiro Setor constitui o Poder Público, e comporta o Estado - um agente público de interesse público. Segundo Tachizawa (2007) o Primeiro Setor constitui-se de organizações da administração direta (federal, estadual e municipal), órgãos da administração indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista; autarquias, fundações, estatais e afins. Verifica-se que as organizações que compõem o atual modelo de administração pública se mostram muitas vezes incompatíveis e ineficazes frente às demandas sociais. Contemporaneamente, o Estado, tem assumido novas formas de atuação, buscando e fortalecendo “parcerias”, e a terceirização de serviços em conjunto com outros setores da sociedade.

Em se tratando do Segundo Setor, Correia (2010) argumenta que este pode ser caracterizado pelas organizações do mercado privado, que têm como finalidade a constituição do lucro e o enriquecimento do empreendedor. Em suma, tem-se um agente privado de ação privada. Devido às constantes mudanças e crescentes expectativas de seus consumidores, as empresas têm buscado novas formas de agir em seus relacionamentos com seus clientes. Tachizawa (2007, p. 56) argumenta que:

os novos tempos caracterizam-se por uma rígida postura dos clientes voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável.

Por sua vez o Terceiro Setor, segundo Correia (2010), representa uma instância de mediação entre o Poder Público (Primeiro Setor) e o Mercado (Segundo Setor). Logo, seus agentes são privados, porém, com finalidade pública, estes buscam o atendimento de direitos sociais básicos e o combate a exclusão social. Teodósio (2001, p. 2) complementa dizendo que o Terceiro Setor

assemelha-se ao Estado (Primeiro Setor) na medida em que tem como objetivo e alvo de atuação o espaço público, mas diferencia-se do Governo por ser uma iniciativa da própria sociedade. Por outro lado, Terceiro Setor não equivale à iniciativa privada, pois apesar de não ser governamental, tem como objetivo não o benefício de algumas pessoas ou grupos muito reduzidos, mas o benefício de toda a sociedade [...].

Os principais termos encontrados para designar as instituições que compõem o Terceiro Setor no Brasil, por Bazoli (2007, p. 43) seriam: “Organizações não governamentais (ONGs); Organizações da sociedade civil; Esfera pública não estatal; Organizações (entidades, associações) sem fins lucrativos; Entidades beneficentes, filantrópicas; Fundações e Filantropia empresarial”. Estas instituições no Brasil quanto aos seus aspectos legais são classificadas em Associações, Fundações e OSCIP (Organizações Sociais de Interesse Público). Na seqüência, apresenta-se um quadro elucidando as principais características destas organizações.

Tipos de organização	Características
<i>Associações</i>	É uma modalidade de agrupamento dotado de personalidade jurídica, sendo esta de direito privado voltada à realização de interesses dos seus associados ou de uma finalidade de interesse social, cuja existência legal surge com a inscrição de seu estatuto em forma pública ou particular, no registro competente.
<i>Fundações</i>	São organismos com destinação social, coletiva, pública, embora não sejam entidades estatais. Agregam forças do voluntariado e grandes lideranças de todos os matizes e procedências. Não visam ao lucro, mas ao desenvolvimento e ao bem-estar social, à promoção do homem e têm como finalidades: saúde, educação, filantropia ou assistência social, cultura e arte, pesquisa e tecnologia, meio ambiente, previdência, apoio às instituições de ensino superior, radiodifusão e TVs educativas e comunitárias, apoio às empresas, partidos políticos, cidadania e consultoria e prestação de serviços.
<i>Organizações Sociais de Interesse Público - OSCIP</i>	Constitui-se de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivos e fiscalização pelo Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de controle de gestão.

Quadro1: Terceiro Setor e sua caracterização jurídica

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bazoli (2007)

Sobre o surgimento e evolução do Terceiro Setor, este teria raízes no altruísmo e na filantropia humana. Segundo Correia (2010) as primeiras civilizações egípcias desenvolveram um severo código moral com base na justiça social, o que encorajou as pessoas a auxiliarem o próximo. O mesmo autor, ainda relata que as primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio as viúvas, órfãs, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros, e também coletavam as doações dos fiéis aos menos favorecidos.

Passados alguns séculos, as transformações sociais ocorridas como, por exemplo, o advento do Capitalismo, sobretudo no momento da Revolução Industrial, desencadeou uma série de alterações na estrutural social, agravando-se problemas sociais, devido à migração de pessoas para as cidades e a incapacidade do Estado em atender a essa demanda social. Assim, a complexidade advinda destas transformações enfraqueceu o poder do Estado em sustentar-se como principal provedor social. Compelindo os indivíduos e as empresas a se organizem e atuarem para minorar os problemas e carências da sociedade (FROES, 1999).

No Brasil, a expressão Terceiro Setor é recente, todavia as organizações que o compõe não são novas. Segundo Costa (2010, p. 4) “nova é a forma de se olhar e de se conceber essas organizações como componentes de um setor em franco desenvolvimento e crescimento em países como o Brasil.” Para uma melhor compreensão do tema no Brasil seria interessante resgatar historicamente tanto o desenvolvimento da Sociedade Civil quanto o surgimento do Terceiro Setor. Sinteticamente, podemos dividir esse desenvolvimento em seis fases que se encontram no quadro a seguir.

Fases	Características
<i>1ª fase Império até 1ª República</i>	O Brasil era constitucionalmente vinculado à Igreja Católica. As utilizações de recursos, principalmente os privados, passavam necessariamente pelo aval da Igreja. A primeira entidade criada para atender desamparados foi a Irmandade da Misericórdia, Instalada na Capitania de São Vicente.
<i>2ª fase Revolução de 1930 até 1960</i>	O país iniciou o processo de urbanização e industrialização. O Estado fica mais poderoso, visto que era o único portador do interesse público. Nessa fase, editou-se a primeira lei brasileira que regulamentava as regras para a declaração de Utilidade Pública. Nela dizia que as sociedades civis, as associações e fundações constituídas no país deveriam ter o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade
<i>3ª fase a partir de 1960 até a década de 70.</i>	O fortalecimento da sociedade civil deu-se à resistência a ditadura militar. No momento em que o regime autoritário bloqueava a participação civil na esfera pública, pequenas iniciativas na base da sociedade foram inventando novos espaços de liberdade e reivindicação, movimentos voltados à defesa de direitos e a luta pela democracia.
<i>4ª fase Década de 70</i>	Multiplicam-se as ONGs com o fortalecimento da sociedade civil, embrião do Terceiro Setor, em oposição ao Estado autoritário. O Brasil inicia-se a transição de uma ditadura militar para um regime democrático. Com o avanço da redemocratização, as organizações de cidadãos assumem um relacionamento mais completo com o Estado.
<i>5ª fase: os anos 90.</i>	Surgem um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade. O Estado começa a reconhecer que as ONGs acumularam um capital de recursos, experiências e conhecimentos, sob formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais, que as qualificam como parceiros e interlocutores de políticas governamentais.
<i>6ª fase: século XXI.</i>	Promove-se o desenvolvimento social a partir do incentivo a projetos auto-sustentáveis, em oposição às tradicionais práticas de caráter assistencialista geradoras de dependência. E o incentivo a propostas de superação a padrões injustos de desigualdade social e econômica.

Quadro 2 : Etapas históricas do desenvolvimento da Sociedade Civil e do Surgimento do Terceiro Setor

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Correia (2010) e Santos (2007).

De uma forma geral, Correia (2010), afirma que os fatores que contribuíram para o crescimento do Terceiro Setor foram: (a) a crise do modelo de Estado do Bem-Eestar Social; (b) o baixo crescimento econômico do final do século XX; (c) a crise ambiental global; (d) o colapso do socialismo; (e) a terceira revolução industrial (tecnologia + redução dos postos de trabalho); (f) e a revolução das telecomunicações. Desse modo a combinação destes fatores fez com que a sociedade civil passasse a mobilizar-se e a interagir de forma mais efetiva na vida pública.

Como foi verificado, o Terceiro Setor foi ganhando espaço à medida que o Estado perdeu poder, e este foi transferido gradualmente para o mercado encontrando seu ápice na implantação do Estado neoliberal. Fica então a indagação de como o Terceiro Setor se posiciona diante deste novo modelo econômico. Despontam duas grandes posturas, a primeira

defensora do ideário neoliberal vê as organizações da sociedade civil como possíveis substitutas de muitas das ações sociais do Estado, justificando-se assim o recuo do poder e tamanho clássico deste. A segunda posição percebe o Terceiro Setor como um campo vocacionado à defesa e à luta por direitos sociais, sendo figura impar na pressão e fiscalização das ações do Estado, mas jamais se vendo como substituto deste, mas antes um avanço no plano democrático (SANTOS, 2007).

O controle da execução de políticas públicas é um importante papel desenvolvido pelo Terceiro Setor, muito presente em movimentos que defendem os direitos humanos ou lutam contra a corrupção e o mau uso do dinheiro público. Outro importante papel das organizações do Terceiro Setor seria a articulação e apoio no desenvolvimento de políticas públicas estatais. Parece haver uma vocação importante nas organizações do Terceiro Setor em se tornarem laboratórios de projetos sociais que demonstrando ser relevantes e viáveis, poderão posteriormente tornar-se políticas públicas universalizadas pelo Estado (SANTOS, 2007).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo possui caráter formal e foi definido como exploratório-descritivo, de natureza quantitativa. Trata-se de uma análise exploratória, pois realizou-se em uma área com pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Devido sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderiam surgir durante ou ao final da pesquisa. É descritivo, visto que visa expor características de determinada população ou de determinado fenômeno (VERGARA 2007).

A pesquisa em questão tem natureza quantitativa que segundo Amorim (2010, p. 49), é “adequada quando se deseja conhecer a extensão (estatisticamente falando) do objeto de estudo, do ponto de vista do público pesquisado” e ainda mais quando este apresenta um número expressivo de elementos. O método quantitativo oferece então informações de natureza mais objetiva e aparente. (AMORIM, 2010).

Quanto às delimitações do estudo, destaca-se o fato deste se limitar ao município de Londrina, cidade localizada na região norte do estado do Paraná, além dos limites próprios de um estudo quantitativo que deixa de aprofundar o fenômeno estudado e de tentar entender particularidades. Quanto ao foco, o estudo procura abordar questões sobre as organizações do Terceiro Setor na cidade, a fim de traçar o perfil do setor no município, considerando fatores como: ano de fundação, área de atuação, recursos humanos envolvidos, recursos financeiros, entre outros.

A pesquisa trata-se de um senso, considerando a totalidade de organizações do Terceiro Setor em atuação na cidade de Londrina. Foram pesquisadas aproximadamente 320 organizações. A população foi definida com base no cadastro fornecido pela Câmara Municipal de Londrina e complementado por outras fontes como: o cadastro das Associações de Moradores da cidade de Londrina, fornecido pela Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná (FAMEP) e pelo cadastro da Rede Socio-assistencial de Londrina fornecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

Sobre a coleta de dados o questionário aplicado foi o estruturado, composto por 12 questões, 11 fechadas de múltipla-escolha e uma aberta. A intenção inicial era entrevistar todas as organizações por telefone, porém, devido à dificuldade em encontrar os responsáveis por algumas entidades, alguns questionários foram aplicados por e-mail e pessoalmente. O período de aplicação da pesquisa foi entre os meses de Julho e Setembro de 2010.

Os resultados foram analisados em planilha de Excel e expostos em tabelas e gráficos que possibilitaram o desenvolvimento das análises pertinentes ao objeto pesquisado. O método escolhido para o estudo apresenta certas limitações dentre elas, o período de aplicação

da pesquisa que coincidiu com o período pré-eleitoral gerou, em alguns entrevistados, desconforto ou rejeição devido ao grande interesse político nessas organizações.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

4.1 PESQUISA QUANTITATIVA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE LONDRINA

O presente estudo teve por finalidade traçar o perfil das Organizações da Sociedade Civil da cidade de Londrina, visando apurar a totalidade e heterogeneidade das entidades que compõe o Terceiro Setor, analisando seu poder de ação e mobilização. A pesquisa aplicada teve caráter quantitativo e foi realizada entre os meses de Julho e Setembro do ano de 2010. Para coleta dos dados e identificação da área de atuação destas organizações foram estabelecidos grupos distintos (cada um de acordo com as ações empreendidas por cada entidade). Chegou-se a 12 grupos: Cultura, arte, convivência; apoio a outras organizações do Terceiro Setor; educação; associação de moradores; esporte; defesa de direitos; saúde; associação de classe; assistência social; geração de renda; meio ambiente; e religiosos.

De acordo com esta pesquisa, a cidade de Londrina conta, hoje, com 320 Organizações da Sociedade Civil. Ao agruparmos segundo os critérios citados acima, teremos a seguinte caracterização:

Área de Atuação	Quantidade	Quantidade (%)
Cultura, arte, convivência	50	16%
Apoio a outras OTS*	13	4%
Educação	90	28%
Associação de Moradores	75	23%
Esporte	22	7%
Defesa de Direitos	26	8%
Saúde	34	11%
Associação de Classe	48	15%
Assistência Social	71	22%
Geração de renda	12	4%
Meio Ambiente	12	4%
Religiosas	25	8%
Outras	7	2%

Quadro 3 : Total de Organizações Terceiro Setor (OTS) por área de atuação

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

4.1.2 Entidades Entrevistadas

Ao se interpretarem os resultados levantados, percebe-se uma ampla diversificação no campo de atuação das entidades. Várias organizações atuam em mais de uma área, apresentando, assim uma ampliação do campo de ação de cada entidade. Apesar dessa diversificação, há um destaque em determinadas áreas como: Educação (28%), Associação de Moradores (23%), Assistência Social (22%), Cultura, arte, convivência (16%) e Associação de Classe (15%). Devido à complexidade da análise do Setor como um todo, este trabalho aprofundou-se em algumas áreas específicas, isso porque, possibilita ao pesquisador uma melhor apreciação e maior aprofundamento em questões mais relevantes de cada item.

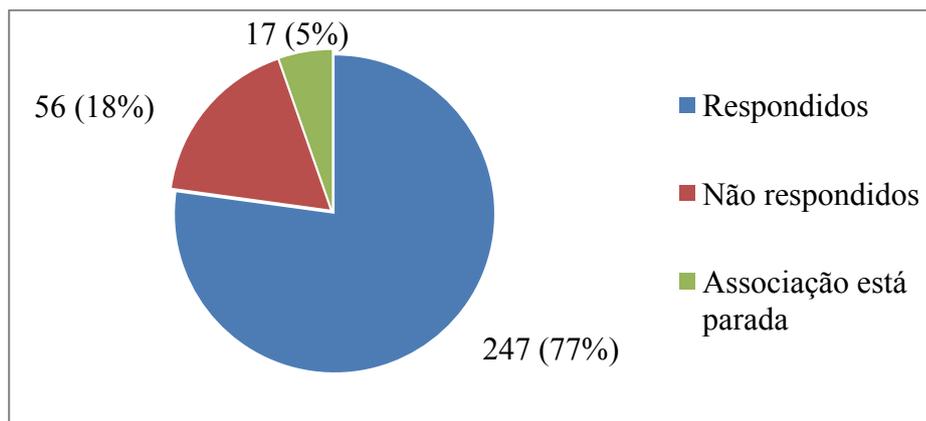


Gráfico 1 : Número entidades entrevistadas

Fonte: Elaborado pelos autores

Foram entrevistadas, no total, 320 entidades na cidade, obtendo-se 247 (77%) questionários respondidos, 56 (18%) não respondidos e 17 entrevistados (5%) informaram que a entidade não está em funcionamento. Acredita-se que o número de negativas pode ser relacionado ao período em que a pesquisa foi aplicada.

4.1.3 Ano de Fundação

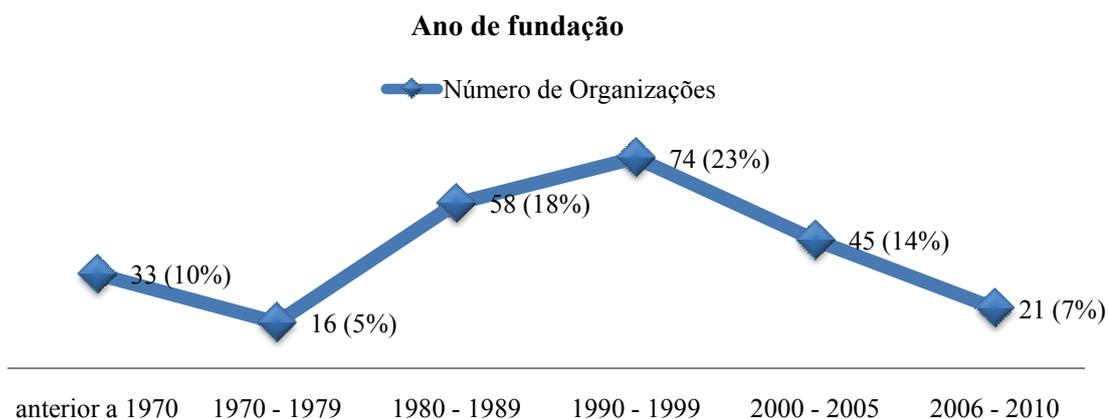


Gráfico 2: Ano de fundação das OTS de Londrina

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

As organizações do Terceiro Setor têm sua origem distribuída em vários momentos da história da cidade, porém percebe-se uma incidência maior a partir da década de 1980 e o maior pico ocorre em meados dos anos de 1990, períodos este marcados por altos índices de desemprego, mas também por um reavivamento da democracia e da participação popular em todo o Brasil. Londrina de 1980 até 1999 viu surgir 132 entidades, ou seja, 41% das 320 catalogadas no atualidade. Tal fato se justifica devido à consolidação de Londrina como pólo econômico, o que atraiu um grande número de migrantes do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que entre os anos de 1980 e 2000, a população rural de Londrina encolheu 60,95%” (COSTA, 2010). Houve nessa época um aumento considerável dos conjuntos habitacionais, principalmente os edificadas pela COHAB (Companhia Habitacional) e que atendiam às populações economicamente mais desfavorecidas (LONDRINA, 2010). Entre os anos de

2000 e 2005 foram fundadas 45 entidades (14% do total), caindo gradativamente para 21 entidades fundadas entre os anos de 2006 até 2010, o que tem um relação com a melhoria da economia e a consolidação das políticas públicas de caráter social.

Outra particularidade abordada na pesquisa diz respeito aos títulos de utilidade pública adotados pelas organizações pesquisadas. Segundo, a Rede Brasileira do Terceiro Setor (REBRATES, 2010), o Título de Utilidade Pública é uma declaração emitida pelo Poder Público reconhecendo que a entidade realiza a função que por ele deveria ser exercida, sendo que este lhe garante algumas benesses como incentivos fiscais.

Para obtenção de vantagens fiscais e financeiras, tais como doações dedutíveis do Imposto de Renda, benefícios fiscais por meio da Lei, parcerias e convênios com o Poder Público, isenção da quota patronal para o INSS e isenção para o FGTS, é necessário que a entidade seja reconhecida como de Utilidade Pública pelo governo no âmbito federal, estadual ou municipal, ou ainda nos três níveis da administração pública. (REBRATES, 2010)

4.1.3 Títulos de Utilidade Pública

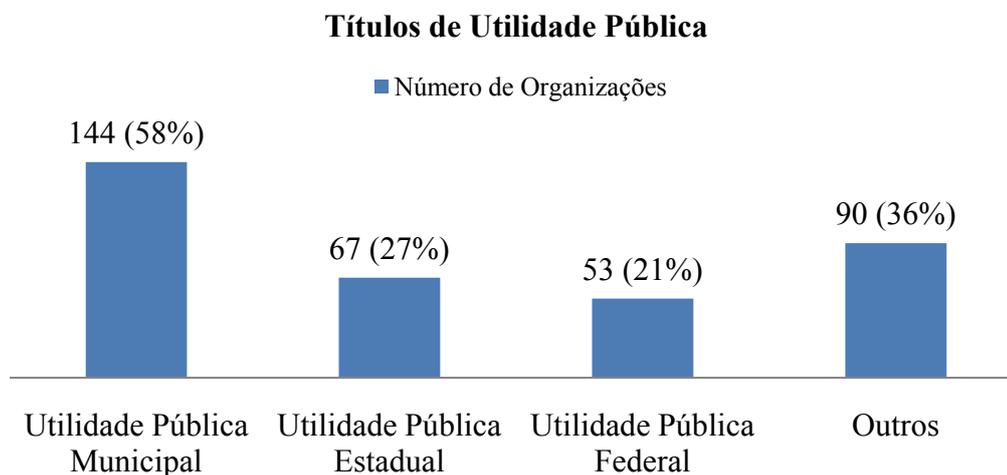


Gráfico 4 – Títulos de Utilidade Pública nas OTS londrinenses

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

Constatou-se que 144 entidades, ou seja, 58% do total possuem pelo menos o Título de Utilidade Pública Municipal. 27% (sessenta e sete entidades) possuem o Título Estadual e 53% (vinte e uma entidades) o Título Federal e 90 entidades (36% do total) informaram possuir outros títulos. Há casos, em que uma mesma entidade possui mais do que um Título de Utilidade Pública. Constatou-se entre os entrevistados que, dentre os principais limitadores para aquisição dos Títulos de Utilidade Pública são os prazos para concessão e renovação desses títulos, e também, o excesso de burocracia.

4.1.4 Recursos humanos envolvidos

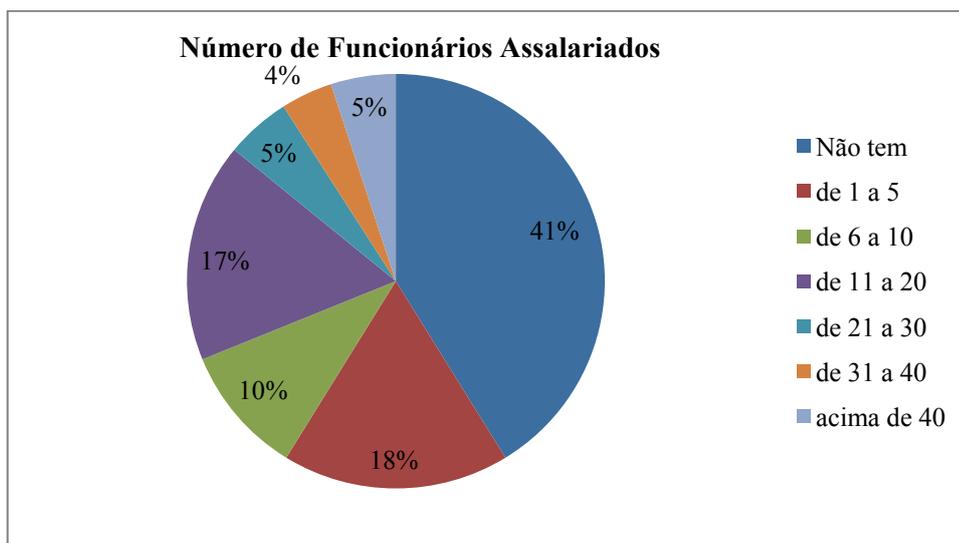


Gráfico 5 – Número de funcionários assalariados nas entidades OTS

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

Em relação do número de funcionários assalariados envolvidos nas organizações da sociedade civil, a pesquisa mostrou que, o número de funcionários varia de acordo com o porte da organização, 18% das entidades pesquisadas possuem de 11 a 20 funcionários, 17% de 1 a 5 e 6% possuem acima de 40 funcionários. É relevante destacar que 41% delas, aproximadamente 102 entidades, operam sem funcionários assalariados, apenas contando com voluntários entre seus membros. Um dos motivos que justificam o pouco efetivo assalariado seria a falta de recursos para pagamento de pessoal, considerando-se o orçamento limitado que é uma constante na maioria das entidades.

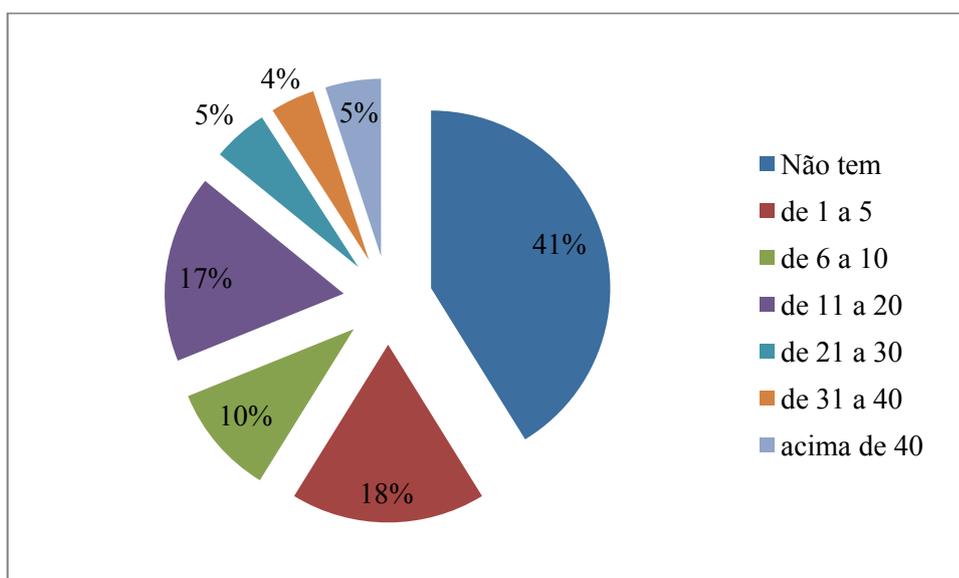


Gráfico 6 – Número de voluntários nas entidades OTS

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

Outro dado fruto da pesquisa em questão é relacionado ao número de voluntários atuantes nestas organizações. Como no caso dos funcionários assalariados, o número de voluntários também varia de acordo com o porte da organização. Com maior destaque aparecem as entidades que possuem de 11 a 20 voluntários, 39% dos entrevistados, seguidos pelas entidades que possuem de 6 a 10 voluntários (23%). Nota-se também que, 87% das entidades pesquisadas dispõem desse tipo de mão-de-obra em seu quadro de colaboradores, e 13% responderam não possuir voluntários.

O fato principal que conduz à atração de pessoas voluntárias é a identificação com a causa empreendida pela organização. Ainda que, o voluntário seja movido por ideais que tendem a superar muitas das possíveis limitações, todavia não se pode negar a fragilidade das organizações do Terceiro Setor que trabalham apenas com este tipo de mão de obra, considerando-se as restrições técnicas e também a necessidade de comprometimento que ultrapassa o plano da simples boa vontade. Teodósio (2010, p. 20) confirmam que “esta forma de trabalho traz algumas dificuldade de gestão, a exemplo da carência de preparação e qualificação, [...], além de situações de absenteísmo a serem contornadas”. Tais fatores reforçam a questão de profissionalismo no Setor, que é predominado pela boa vontade das pessoas e pelo voluntariado.

4.1.5 Fonte de recursos

Como já destacado anteriormente, a dificuldade de captação de recursos ameaça a existência e a eficiência administrativa de qualquer organização, não sendo diferente nas entidades do Terceiro Setor.

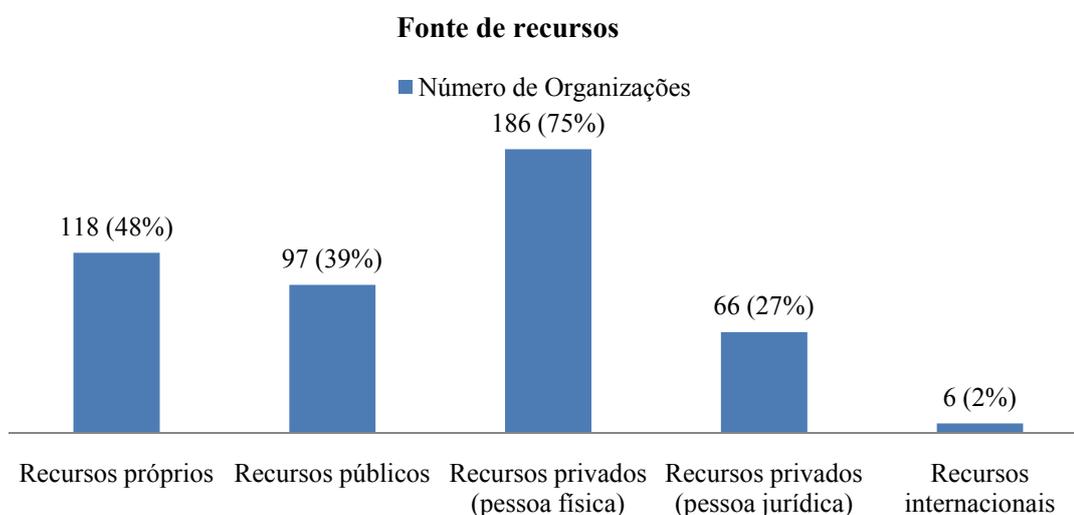


Gráfico 7 – Fonte de recursos das organizações do Terceiro Setor

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

Falconer (1999, p. 8), destaca dentre as principais limitações destas entidades:

a fragilidade organizacional; a dependência de recursos financeiros governamentais e de agências internacionais, cada vez mais escassos; a falta de recursos humanos adequadamente capacitados e; a existência de obstáculos diversos para um melhor relacionamento com o Estado.

Evidenciou-se na pesquisa que um dos maiores problemas das organizações que atuam no Terceiro Setor é a falta de recursos. Alguns entrevistados informaram que os recursos disponíveis são insuficientes para atender a demanda e que a maioria das entidades trabalha

acima do limite satisfatório para atender a seus objetivos. Dentre as fontes e recursos destacados, 118 entidades (48%) possuem recursos próprios. Tais recursos são originados através de vários mecanismos de ação, como promoções, eventos, prestação de serviço à comunidade, desenvolvendo produtos, entre outros. A intenção da organização é com isso garantir menor dependência quanto à fonte de recursos externos, que acabam limitando suas formas de gestão e planejamento de longo prazo.

Dentre as entidades, 97 (39%) responderam que recebem recursos públicos. Quanto a estes recursos, a grande parte é composta de repasses do Poder Municipal, Estadual e/ou Federal. Somam-se, também, outras fontes de recursos: 186 entidades (75%) recebem recursos privados de pessoa física, 66 (27%) recebem recursos privados pessoa jurídica e 6 (2%) recebem recursos internacionais.

4.1.6 Orçamento Anual

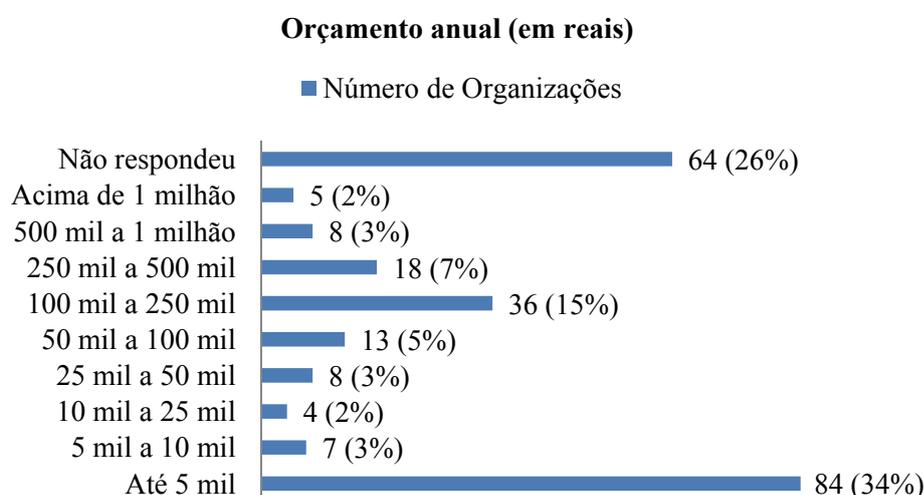


Gráfico 8 : Orçamento anual das entidades

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

Como visto no gráfico acima, grande parte das organizações pesquisadas (cerca de sessenta e quatro entidades, 26% do total) abstiveram-se em responder a questão referente ao orçamento anual. A recusa em responder pode apresentar várias explicações: levanta-se a hipótese de que o fato da pesquisa ter sido realizada em período pré-eleitoral pode ter impactado negativamente na liberação destes dados. Outra causa pode estar relacionada à forte informalidade e baixo profissionalismo que inunda boa parte das entidades o que resulta em controles precários, dificultando a transmissão de indicadores precisos. Também o receio em divulgarem valores financeiros parece ter contribuído na recusa de muitas das entidades, o que pode ser um sinal de práticas duvidosas.

Outro ponto de destaque é que, das organizações pesquisadas, 34% (ou seja, 84 entidades), possuem um orçamento num patamar reduzido, ou seja, até R\$ 5.000,00. Destas 84 entidades, 64 atuam na área de Associação de Moradores. A grande maioria das Associações de Moradores não possui sede própria e os poucos recursos obtidos são revertidos em benefício da própria Associação ou para o pagamento de despesas de manutenção.

4.1.7 Parceiros e articulações

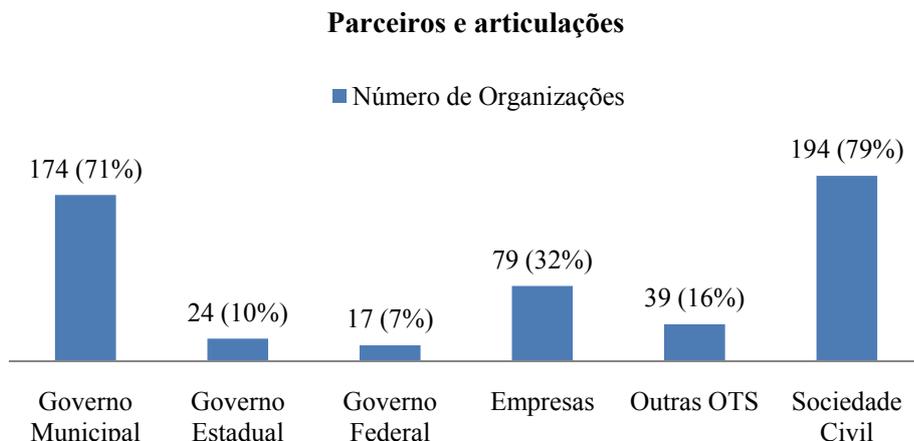


Gráfico 9 – Parceiros e Articulações das entidades do Terceiro Setor

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

Muito importante para esta análise é enfatizar a importância das parcerias e articulações para as entidades do Terceiro Setor. A razão essencial para o desenvolvimento desse tipo de aliança é a unificação de esforços em torno de objetivos comuns, potencializando o campo de ação das organizações. As entidades mantêm parcerias e articulações estreitas com diversas esferas da sociedade. Destacam-se, o Governo Municipal (174 entidades) e a Sociedade Civil (194 entidades). Ratificando que essas parcerias não acontecem de forma isolada, grande parte das entidades entrevistadas mantém parceria ativa com uma, ou mais esferas da sociedade. Sejam na captação de recursos financeiros, seja no apoio a algum projeto, evento, considerando-se em muitos casos ações conjuntas.

3.1.8 Número de beneficiados

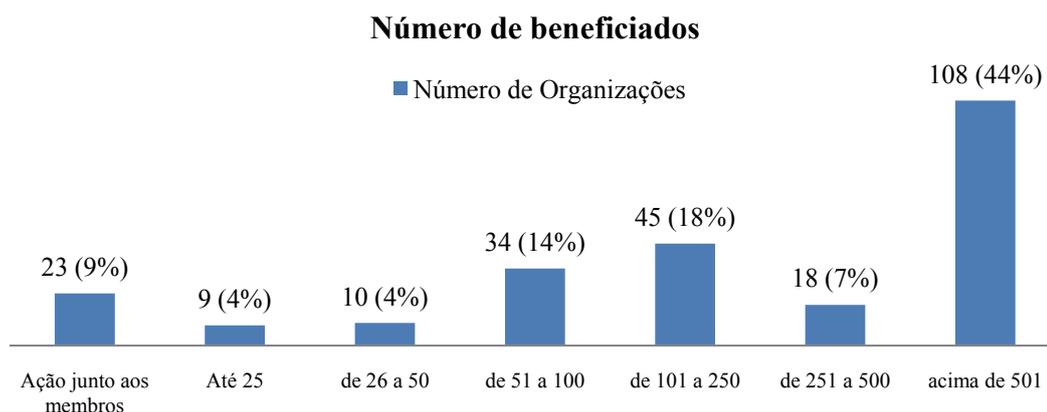


Gráfico 10 – Número de beneficiados pelas OTS

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

Ainda que seja questionável o papel das Organizações da Sociedade Civil em cumprir tarefas que pertencem à esfera estatal e por isso o número de atendidos por estas entidades, mais que um vigor do Terceiro Setor, manifesta muito mais um recuo perigoso do setor público das suas atribuições legais. Do total de organizações pesquisadas, 18% beneficiam de

101 a 250 pessoas, 44% acima de 501 pessoas, 14% de 51 a 100 pessoas, 7% de 251 a 500, 4% de 26 a 50, e 4% até 25.

4.1.9 Tempo de Mandato da Diretoria

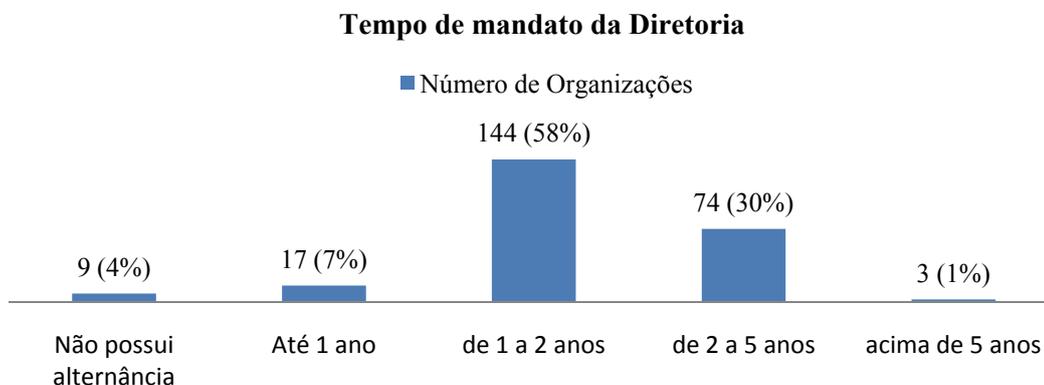


Gráfico 11 – Tempo de mandato da Diretoria das OTS

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa

Toda a organização do Terceiro Setor possui uma Diretoria e essa diretoria é eleita em Assembléia Geral e cabe a ela a representação da organização perante a sociedade (órgãos públicos, sociedade civil e outras Organizações do terceiro Setor). Todas as principais atividades, atribuições e impedimentos da diretoria são previamente estabelecidos no estatuto da entidade e também o tempo de mandato deverá ser definido previamente e constar do mesmo estatuto.

Do universo das organizações assistenciais londrinenses pesquisadas, o tempo de mandato da diretoria variou de 1 ano a um intervalo de tempo indeterminado. 58% dos entrevistados (cento e quarenta e quatro entidades) possuem alternância de diretoria de 1 a 2 anos, 30% (64 entidades) a alternância é de 2 a 5 anos, 7% (17 entidades) até 1 ano, 4% (nove entidades) não tem alternância de diretoria e 1% (três entidades) a alternância da diretoria ultrapassa 5 anos. Este é um dos indicadores da fragilidade e da compreensão do papel público que cabe às organizações da sociedade civil, sendo que uma grande parte é dirigida como se se tratasse de uma organização privada, com proprietário e sem obrigações legais diante da sociedade, ainda que tenha isenções e vantagens exclusivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Terceiro Setor na cidade de Londrina é, com certeza, uma importante manifestação da Sociedade Civil no Brasil, mesmo surgindo recentemente. Não apenas pelas suas áreas de atuação, mas também, pelo seu poder de ação junto ao atendimento as demandas da sociedade londrinense. Apesar de todos os esforços recentes, as organizações londrinenses ainda encontram bastantes dificuldades em relação à manutenção de sua estrutura organizacional, predominando a informalidade e o amadorismo e mesmo a fraca distinção entre esfera pública e privada.

Cabe destacar que os objetivos propostos para o presente estudo foram alcançados na sua totalidade, visto que foi possível traçar o perfil dessas organizações na cidade de Londrina. O estudo também verificou as principais fontes de recursos de cada organização. Constatou-se também que a maioria das entidades apresenta fontes de recursos variadas, o que é explicado, tanto pelo baixo volume de contribuição de cada uma, como pela estratégia das

entidades de não criarem dependência excessiva de uma única fonte. Em relação aos recursos humanos envolvidos, a maioria das entidades conta com voluntários em seu quadro de colaboradores, uma vez que, seu orçamento é insuficiente para manter um quadro maior de colaboradores assalariados.

O levantamento e a análise dos dados realçaram um problema enfrentado pelas organizações pesquisadas e que merece destaque: a falta de recursos. A maioria relata que a demanda da sociedade é maior que os atuais recursos disponíveis. Além de escassos, os recursos são pulverizados, as entidades precisam buscar diversas fontes, o que resulta em uma maior dependência externa. Há também, as que tentam driblar essa falta de recursos, através da alavancagem de seus próprios recursos. Isso se dá através da venda de artigos, prestação de serviços ou através de promoções buscando angariar fundos junto à comunidade.

A qualificação dos profissionais envolvidos nessas entidades torna-se muito importante, pois o melhor controle administrativo-financeiro, através, da gestão integrada pode amenizar tais problemas. Grande parte dessas entidades conta, ainda, com voluntários em quadro de colaboradores o que reforça a necessidade de profissionalização do Terceiro Setor. Havendo profissionalização do setor, as entidades não só conseguirão respeito devido a nobreza de suas atividades, mas também pela validade técnica de seus trabalhos, que conduziriam a melhores processos, e a ampliação dos serviços prestados com melhor qualidade.

Outro fato observado é a falta de um órgão de apoio que seja capaz de atender as demandas destas organizações do Terceiro Setor. A falta de um órgão público desse nível gera uma série de complicações com a demora no atendimento, e a dificuldade de levantamento de informações referente às mesmas, entre outras. Sugere-se um estudo nesse sentido, a fim de apurar a viabilidade da criação de um cadastro único (banco de dados) que possa captar e acompanhar o desenvolvimento do Setor no município. Esse banco de dados possibilitaria uma maior articulação entre as entidades, o Poder Público e a sociedade civil. Outra sugestão seria a criação de um Fórum Municipal para debates de questões relativas ao Terceiro Setor em Londrina, levantando suas dificuldades, potencialidades e desafios.

O Terceiro Setor surge então, como uma nova esperança da sociedade na defesa e promoção dos direitos sociais. Como foi pontuado neste trabalho, as organizações ainda enfrentam bastantes dificuldades que comprometem a concretização de seus objetivos. Para a construção e o fortalecimento do Terceiro Setor em Londrina percebe-se a existência de alguns desafios a serem cumpridos. Um deles é tornar o setor reconhecido, isso se poderia se feito através da produção de informações e disseminação de conhecimentos gerados por estas organizações. Outro ponto relevante é a necessidade de melhoria na qualidade e eficiência da gestão destas organizações e projetos sociais. Além, é claro, da disponibilização de condições para o aumento da participação voluntária dos cidadãos.

Diante do exposto, o Terceiro Setor tem como principal papel tornar-se um laboratório de projetos que poderão evoluir e serem encampados como políticas públicas de governo podem agir como agentes consultivos e formadores de consciência cívica, são fontes de pesquisa e de divulgação de informação, além de observatórios, fiscalizadores e denunciadores dos possíveis desvios do 1º e do 2º setor, mas jamais poderão ser vistos como “substitutos” de ações do Estado, ou corremos o sério risco de trocarmos direitos constituídos e de uma esfera democrática, por ações voluntárias e sem representatividade oficial nem democrática podendo incorrer no clientelismo e no corporativismo (SANTOS, 2007)

De forma específica, a pesquisa passa a ter um papel importante para a cidade, pois traz um melhor entendimento do perfil do Terceiro Setor em Londrina. O levantamento do estudo foi quantitativo. Esse tipo de levantamento quantitativo é reducionista por natureza, dessa forma é difícil de apurar uma realidade completa e objetiva. Acredita-se que este trabalho contribuiu para a ampliação da discussão e levantamento de novas possibilidades e

enfoques, investigando o aprofundamento da temática através de novas abordagens e perspectivas. É a partir desse primeiro esforço que se abrem mais espaços para pesquisas quantitativas mais pontuais, aprofundando, ainda que em partes, a complexa realidade das organizações do Terceiro Setor.

REFERENCIAS

AMORIM, Ana Paula. **Metodologia do Trabalho Acadêmico e Científico**. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/cfp/index.php/documentos/biblioteca/10-manual-cientifico/download>. Acesso em 09 de junho de 2010.

BAZOLI, Thiago Nunes. **Descentralização Estatal: O Terceiro Setor como executor das atividades fundamentais do Estado – Saúde, Educação e Assistência Social**. Dissertação de Mestrado. UNIFAE, 2007.

CORREIA, Fabio Cardoso. **Terceiro Setor e Gestão Social**. Disponível em: http://www.educacaofiscal.rj.gov.br/pdf/CADERNO_3oSETOR.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2010.

COSTA, Daniel. Censo aponta queda na população rural em Londrina. Jornal de Londrina, Londrina, 09 out. 2010. Caderno Cidades. Disponível em: <http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?ema=1&id=1055369>. Acesso em 24 de outubro de 2010.

COSTA, Selma Frossard. **O Serviço Social e o Terceiro Setor**. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v7n2_selma.htm. Acesso em 22 de maio de 2010.

FALCONER, Andres Pablo. **Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão**. Artigo Científico. USP, 1999.

FERNANDES, Rubem César. Privado Porém Público: O terceiro Setor na América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

FROES, Franciso Paulo de Melo Neto Cesar. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a Administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **História da cidade**. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=5. Acesso em 03 de outubro de 2010.

REBRATES - Rede Brasileira do Terceiro Setor. Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br/suaong/index.cfm?page=3>. Acesso em 22 de outubro de 2010.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. **Organizações da Sociedade Civil: entre a solidariedade libertária e a liberal**. Dissertação de Doutorado. PUC, 2007.

SILVA, Antônio Luiz de Paula e. **Governança institucional: um estudo do papel e da operação dos conselhos das organizações da sociedade civil no contexto brasileiro**. Dissertação de Mestrado. FEA/USP, 2001.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. **Pensa pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação organizada no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ivoluntarios.org.br/press/uploadArquivos/112189701239.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.